

A campanha "Brasília Legal", lançada pelo Governo do Distrito Federal, na semana passada, divide as opiniões dos três autores dos artigos publicados nesta página. De um lado o deputado da oposição, Luiz Estevão, principal crítico do gover-

no, ironiza o lançamento da campanha sob a alegação de que um governo que prima pelo desrespeito às ordens judiciais não tem cacife para bancar a campanha. O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Antônio Augusto de Moraes, conde-

na a permanência da "Feira do Paraguai", no estacionamento do Mané Garrincha. E, apenas o presidente da Terracap, José Roberto Bassul, defende a campanha, que prevê a legalização dos condomínios e dos assentamentos de famílias carentes.

LUIZ ESTEVÃO

A grande piada do governo ilegal

Um deboche, um achincalhe contra a população de Brasília. Só assim podemos definir o lançamento pelo atual governo do DF - o mesmo governo, pasmem, que tem marcado a sua atuação pelo desrespeito sistemático à lei e às decisões judiciais -, de uma campanha chamada "Brasília Legal". O autor dessa ridícula piada é o governador que enfrenta três pedidos de intervenção federal por não respeitar as ordens da Justiça, e foi, pelo mesmo motivo, severamente criticado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), em nota oficial publicada na imprensa em 16/06/1996.

A farsa montada pelo governo ilegal foi desmascarada, ironicamente,

na mesma semana do lançamento da pretensa campanha: diante das câmeras de TV, o diretor do Detran foi preso duas vezes, em dois dias seguidos, por não pagar dívidas líquidas e certas aos seus funcionários, e fez questão de admitir, candidamente, que continuaria descumprindo suas obrigações. Não por coincidência, trata-se justamente do diretor do Detran que, com amplo respaldo dos seus superiores, assinou um contrato totalmente ilegal com a empresa Engebrás

para o fornecimento dos famigerados pardais, em valores até 11 vezes maiores do que os praticados em Santa Catarina. Aliás, também não por coincidência, a empresa sócia do GDF nessa infeliz empreitada é exa-



O autor dessa ridícula piada é o governador que enfrenta três pedidos de intervenção por não respeitar ordens da Justiça

cumprimento de decisões judiciais em benefício dos servidores públicos.

Seria cômico, se não fosse ultrajante, a adoção de uma campanha pela legalidade por parte de um governo que só pagou o 13º salário de 1996 dos seus servidores depois de vergonhosamente, esconder o dinheiro numa conta em Goiânia e passar pelo vexame de ter os seus recursos bloqueados pela Justiça para garantir o pagamento - fato inédito na história de Brasília.

O que dizer de um governo que licita uma área de 4.700m² no Pontão como parte do Projeto Orla, e entrega à empresa vencedora 130.000m², ou seja, uma área 27 vezes maior do que a prevista na licitação? Como falar em legalidade num governo que aumenta abusivamente as contas de água, luz e tarifas de transporte? E onde está a legalidade de um governo que, descumprindo a Constituição, não colocou professores nas salas de aula, no início do atual semestre letivo, e foi por isso duramente repreendido pelo Ministério Público?

Um fato deixa essa farsa ainda mais visível: apesar de a campanha ter sido deflagrada como uma resposta à aprovação, pela Câmara, da regulamentação da Feira do Paraguai, o GDF passou mais uma vez por cima da lei ao tentar mudar o lugar da feira. Derrubou uma cerca e invadiu um terreno que estava arrendado à Conab até o ano de 2003, e agora passa pelo constrangimento de recuar, novamente obrigado pela Justiça.

Seria impossível relacionar, neste curto espaço, as mais de três mil decisões judiciais (segundo levantamento feito no Tribunal de Justiça do DF) descumpridas pelo atual governo, no que se refere aos direitos dos servidores. Basta dizer que Brasília e sua população sempre foram legais. Ilegais, lamentavelmente, são as atitudes dos atuais ocupantes do Palácio do Buriti.

■ **O deputado Luiz Estevão (PMDB) é vice-presidente da Câmara Legislativa do DF**

JOSÉ ROBERTO BASSUL

Os novos bairros



Está na pauta de votação da Câmara Legislativa o projeto de lei que aprova a criação de seis bairros nas regiões administrativas de Sobradinho, Lago Sul, São Sebastião, Paranoá, Lago Norte e Taguatinga - em consequência do processo de regularização dos chamados "condomínios" implantados em terras públicas do Distrito Federal. Trata-se do oitavo passo de uma sequência de 10 etapas necessárias à legalização desses parcelamentos.

Enorme esforço tem sido dispensado na execução do Programa Brasília Legal. Nos assentamentos para populações de baixa renda promovidos até 1994, onde foram distribuídos mais de 90 mil lotes irregulares, o atual governo já legalizou 55 mil e estão depositados em cartório, aguardando registro, cerca de 20 mil. Estas áreas, ao receberem maciços investimentos em infra-estrutura, estão se tornando verdadeiras cidades.

No caso dos "condomínios" - quase todos ocupados por segmentos da classe média -, dos 529 loteamen-

tos encontrados em 1995 pelo governo, 144 foram considerados passíveis de regularização, estando 32 desses implantados em glebas públicas. Os que foram constituídos em terra particular têm sido reiteradamente notificados pelo IPDF para que cumpram as exigências da lei nº 992/95 e, por inércia ou omissão dos demais, apenas cinco obtiveram a regularização.

Já as ocupações irregulares em terra pública foram organizadas em bairros - solução que permite o provimento dos serviços e equipamentos urbanos necessários e a integração adequada dessas áreas às diretrizes de planejamento urbano fixadas pelo PDOT.

A criatividade da proposta, aliás, tem merecido elogios de integrantes de instituições, como a Procuradoria Geral do DF, o Ministério Público e a própria Câmara Legislativa, que há muitos anos buscam soluções de regularização fundiária para este que é, seguramente, um dos mais complexos problemas que a Administração Pública pode enfrentar.

As críticas da oposição ao proje-

to não têm consistência técnica. Todos - rigorosamente todos - os aspectos da legislação urbanística e ambiental estão sendo atendidos. Hoje, os moradores de "condomínio", ao buscarem os serviços de saúde e educação, ao procurarem opções de lazer, locais de trabalho ou setores comerciais, têm que se dirigir a outras regiões da cidade, como o Lago Sul e o Lago Norte. Com os

bairros, ao contrário de pressionadas, essas e outras áreas serão aliviadas da demanda por serviços e equipamentos urbanos.

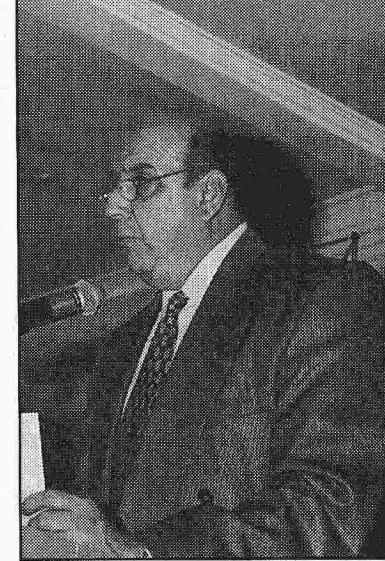
A avaliação dos lotes deduzirá, como exige a lei, a valorização decorrente dos investimentos individuais e comunitários. Das 16 mil unidades imobiliárias que existirão no conjunto dos seis bairros, cerca de 11 mil deverão ser adquiridas pelos atuais "condomínios". As demais, à medida que os bairros forem sendo implantados, poderão atender à demanda de famílias que não entram na arriscada aventura da irregularidade. Essa oferta de lotes legalizados combaterá a causa do problema, evitando sua reincidência.

Convém lembrar que alguns parlamentares pretendiam aprovar o loteamento da Fazenda Santa Prisca, destinado a aproveitar a "receptividade do mercado" (entrevista de dirigentes do Grupo OK a jornal de 4/6/95). Assim, enquanto critica a regularização nas glebas públicas e defende a fazenda particular, parte da oposição "faz de conta" que protege os condôminos e "faz de conta" que apóia o Lago Sul e o Lago Norte. No fundo querem mesmo é impedir que o governo cumpra seus compromissos. O risco desse jogo é que, como dizia Alceu Amoroso Lima, as coisas que começam no "faz de conta" costumam acabar no "tanto faz"...

■ **José Roberto Bassul é presidente da Terracap**

ANTONIO AUGUSTO DE MORAES

Comércio legal, Brasília desenvolvida



República.

Aceitamos prontamente o convite para comparecermos à solenidade no Palácio do Buriti não apenas em consideração ao gentil telefonema do governador, mas sobretudo porque a iniciativa coincide com a nossa luta pelo triunfo da legalidade, desenvolvida incessantemente pelos lojistas do DF através de suas entidades representativas. A vitória parcial da ilegalidade, na Câmara Legislativa, de fato levou os cidadãos responsáveis a refletir sobre o conjunto

integrando um setor valorizado pela grande participação de pioneiros, que viram e ajudaram Brasília a conquistar uma qualidade de vida exemplar, o comércio se sente especialmente responsável pela preservação desta cidade que é Patrimônio Cultural da Humanidade.

Os projetos aprovados na Câmara Legislativa causaram revolta também porque representam um flagrante desrespeito ao comércio lojista, que vem, há tempos, denunciando os efeitos danosos à economia formal de Brasília e das demais cidades provocados pela atividade ilegal do contrabando.

Integramos o setor da economia que é responsável por dois terços do volume da arrecadação tributária do Governo do Distrito Federal, que financia as obras e a manutenção dos equipamentos públicos da cidade, e sentimos na própria pele os efeitos corrosivos da atividade ilegal. Graças a essa concorrência desleal, mais de 20 mil pessoas perderam os seus empregos no comércio do DF, nos últimos dois anos.

Não é justo que o comerciante pague impostos e taxas, mesmo as mais absurdas, ofereça empregos, recolha obrigações sociais e trabalhistas, enquanto vendedores ambulantes, até sob a proteção ou a convivência oficial, sonegam impostos, não recolhem obrigações, exploram a mão-de-obra de trabalhadores sem registro e ainda lessam os consumidores, com produtos sem qualquer garantia.

A CDL também resolveu participar do movimento "Brasília Legal" por entendê-lo suprapartidário, sem coloração política, até porque é possível encontrar atitudes que revelam compromisso sério com o DF e sua população em todos os partidos.

Por seus diretores e associados, a CDL confia que as autoridades acionem os meios políticos e jurídicos necessários para assegurar àqueles que estão na legalidade o direito de continuar contribuindo para o desenvolvimento econômico e social do Distrito Federal.

■ **Antônio Augusto de Moraes é presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do DF (CDL/DF)**

de fatos e atitudes que se multiplicam na Capital, absolutamente inadmissíveis para uma comunidade que paga o alto preço de sediar a administração federal, cujos erros são injustamente